

NEGOCIAÇÕES DE ANGOLA COM A UE SOBRE A ADESÃO AO ACORDO DE PARCERIA ECONÓMICA (APE) ENTRE A UE E A SADC, E UM ACORDO DE FACILITAÇÃO DE INVESTIMENTO - FICHA INFORMATIVA

Em fevereiro de 2020, Angola solicitou adesão ao APE UE-SADC. Isto requer negociações sobre as condições de adesão, nomeadamente o grau de abertura do mercado angolano às importações da UE. As negociações de adesão deverão começar no primeiro semestre de 2021 e concluídas dentro de um ano. Paralelamente, estão também planeadas negociações para um acordo separado Angola-EU (União Europeia) de facilitação de investimentos.



O que é o Acordo de Parceria Económica (APE) UE-SADC?

O APE UE-SADC é um acordo de comércio livre assinado em 2016 entre a União Europeia (UE) e seis países da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC): Botswana, Eswatini, Lesoto, Moçambique, Namíbia e África do Sul. Embora Angola tenha participado nas negociações originais do APE, eventualmente não assinou o Acordo. No entanto, a adesão posterior de Angola já estava prevista no APE.

Ao abrigo do APE, a UE proporcionou acesso, isento de direitos e sem quotas, às exportações dos países da SADC signatários do acordo para a UE desde o primeiro dia da aplicação do acordo. Por seu lado, os países da SADC-APE, que assinaram o acordo, estão a liberalizar progressivamente o acesso ao seu mercado com base nos calendários de eliminação gradual de tarifas, conforme previsto no APE para as respectivas partes (países da

SACU e Moçambique). Estes países podem decidir expandir o seu acordo com a UE para incluir investimento, serviços e outras áreas.

Mais informações sobre o comércio UE-Angola e o APE UE-SADC (em inglês) pode por favor consultar:

<https://ec.europa.eu/trade/policy/countries-and-regions/regions/sadc/>

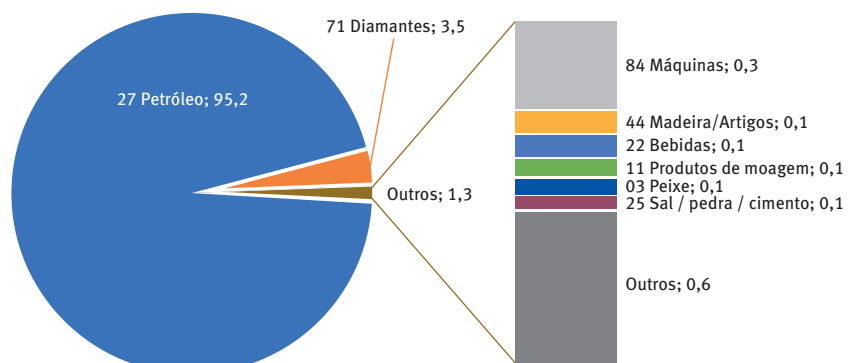


Porquê Angola está a negociar com a UE?

Há pelo menos 4 razões:

1 A economia de Angola é caracterizada por uma dependência extremamente elevada das exportações de petróleo e diamantes (**Gráfico 1**). Para reduzir a vulnerabilidade do país é necessário a diversificação da economia e das exportações. O acesso preferencial ao mercado da UE para produtos não petrolíferos ao abrigo de um APE pode contribuir para essa diversificação.

Gráfico 1: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES DE ANGOLA POR SECTOR (2019)

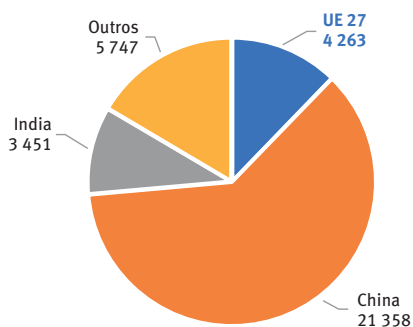


Fonte: ITC TradeMap.

2 Angola é actualmente um país menos desenvolvido (LDC), mas está programado para graduar-se deste status em Fevereiro de 2024. Portanto, não será mais elegível para exportar todos os produtos para a UE com isenção de direitos a partir de Fevereiro de 2027, como é actualmente o caso ao abrigo do acordo da UE - Tudo Menos Armas (EBA). Embora as exportações de Angola ainda beneficiassem de algumas preferências no acesso ao mercado da UE (ao abrigo do Esquema Generalizado de Preferências, SGP), estas são mais limitadas tanto em termos dos produtos abrangidos como do nível de preferências.

3 Dado que a UE é um importante parceiro comercial para Angola (Gráfico 2), a perda parcial das preferências de acesso ao mercado da União Europeia, poderia prejudicar especialmente os exportadores do sectores não petrolífero e não diamantífero em Angola. Além disso, a UE é um importante fornecedor de máquinas e insumos usados por empresas angolanas. A redução das tarifas de importação destes bens ao abrigo do APE poderia aumentar a competitividade destas empresas.

Gráfico 2a:
EXPORTAÇÕES TOTAIS ANGOLANAS
POR DESTINO, 2019



Valores em milhões de dólares americanos. Fonte: ITC TradeMap.

Gráfico 2b:
EXPORTAÇÕES ANGOLANAS NÃO
PETROLÍFERAS E NÃO DIMANTÍFERAS
POR DESTINO, 2019

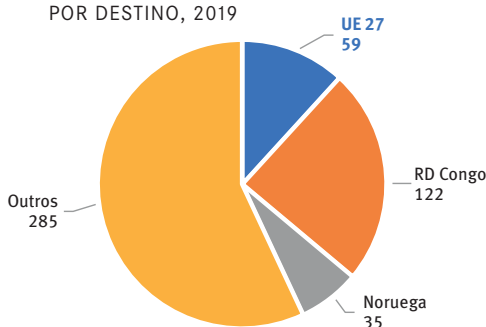
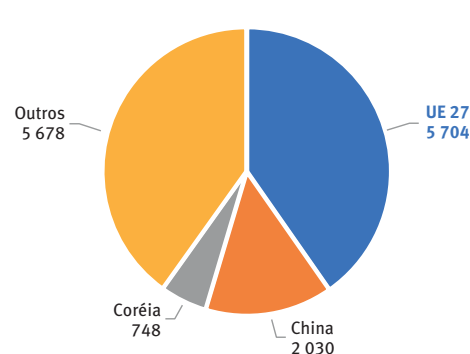


Gráfico 2c:
IMPORTAÇÕES ANGOLANAS
POR ORIGEM, 2019



4 Na mesma linha de pensamento, um acordo de facilitação de investimento com a UE poderia atrair mais investimentos para Angola, especialmente de pequenas e médias empresas e no setor não petrolífero, contribuindo para a diversificação económica do país.



O que Angola está a negociar com a UE?

Uma vez que Angola está a negociar a sua adesão ao APE UE-SADC que já existe, o país concordaria simplesmente com as disposições que já estão no acordo. O principal foco das negociações é o acesso preferencial ao mercado que Angola forneceria aos produtos que importa da UE. O acordo autôno-

mo de facilitação de investimentos cobriria regras sobre transparência e boas práticas administrativas relacionadas ao investimento, mas não a liberalização de investimentos ou um mecanismo de solução de controvérsias entre investidores e estados.



Porquê é necessária uma Avaliação do Impacto da Sustentabilidade (AIS) e o que ela cobre?

Como elemento de boa prática regulamentar, é importante que a UE avalie as potenciais implicações das principais medidas de política comercial, incluindo acordos comerciais, que negocia. Estas avaliações analisam o potencial impacto económico, social, dos direitos humanos e do ambiente dos acordos comerciais na UE e no país parceiro. O propósito específico do AIS das negociações com Angola é avaliar e indicar como a adesão ao APE e o acordo de facilitação do investimento em negociação podem contribuir da melhor forma para os principais objectivos perseguidos, conforme referido acima:

aumentar a competitividade das empresas angolanas e contribuir para a diversificação económica do país. Para tal, o estudo compreende uma análise baseada em dados e consultas abrangentes das partes interessadas em Angola, na UE e nos países do APE da SADC. Os resultados e as recomendações da AIS alimentarão as negociações, ajudando os negociadores a otimizar as escolhas de políticas.

Para mais informações sobre o estudo, por favor consultar:

<http://angola.fta-evaluation.eu/pt/> o sia@bkp-advisors.com.



Este estudo é financiado pela União Europeia. As opiniões expressas neste documento são da exclusiva responsabilidade dos autores e não reflectem necessariamente as opiniões da Comissão Europeia ou do Governo de Angola. Preparado por BKP Economic Advisors.

